

Inclusão cultural de pessoas com deficiência em práticas musicais comunitárias

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: Música e interseccionalidade: deficiência, racialidade e outros marcadores sociais da diferença entre os contextos educacionais

Etna Marzolla Gutierrez
Universidade Católica Dom Bosco
etna.gutierrez@gmail.com

Resumo. Este trabalho nasce de uma vivência concreta, construída ao longo de duas décadas junto a um grupo de canto coral com pessoas com deficiência, em um município brasileiro. Inicialmente movida pelo desejo de construir um espaço de pertencimento musical, essa prática revelou, com o tempo, tensões recorrentes relacionadas à exclusão simbólica, à falta de formação dos agentes culturais e às barreiras ainda presentes nas políticas públicas de inclusão. O relato de experiência tem como objetivo apresentar o percurso vivido entre a prática e a formalização da pesquisa em andamento, destacando os deslocamentos éticos, metodológicos e políticos envolvidos nesse processo. A pesquisa busca compreender como agentes culturais têm atuado frente à inclusão de pessoas com deficiência em ações musicais comunitárias, especialmente fora do circuito institucionalizado. Com abordagem qualitativa e situada, são utilizados questionários e entrevistas em projetos locais, escolas de música, centros comunitários, igrejas e pontos de cultura. A fundamentação teórica apoia-se em autoras e autores como Geraldo (2023), Oliveira Filho (2021) e Alcântara (2022), que discutem o capacitismo, a acessibilidade cultural e a potência das práticas comunitárias. Como resultados, espera-se mapear estratégias, limites e compreensões sobre inclusão a partir dos próprios territórios. O estudo prevê ainda a devolutiva dos achados às comunidades, por meio de materiais acessíveis e encontros formativos. Desse modo, entende-se que a escuta situada e o compromisso com os contextos locais são caminhos fundamentais para a construção de políticas culturais verdadeiramente acessíveis.

Palavras-chave. Acessibilidade; Inclusão cultural; Pessoas com deficiência; Práticas Musicais Comunitárias; Relato de experiência.

Cultural Inclusion of People with Disabilities in Community-Based Musical Practices

Abstract. This paper emerges from a concrete experience developed over two decades within a choir group that includes people with disabilities, in a Brazilian municipality. Initially driven by the desire to create a space of musical belonging, the practice gradually revealed recurring tensions related to symbolic exclusion, lack of training among cultural agents, and persistent barriers in public inclusion policies. This experience report aims to



present the lived path between practice and the formalization of the ongoing research, highlighting the ethical, methodological, and political shifts involved in the process. The research seeks to understand how cultural agents have acted toward the inclusion of people with disabilities in community-based musical activities, especially outside institutional circuits. Adopting a qualitative and situated approach, questionnaires and semi-structured interviews are being applied in local projects, music schools, community centers, churches, and culture hubs. The theoretical framework is based on authors such as Geraldo (2023), Oliveira Filho (2021), and Alcântara (2022), who discuss ableism, cultural accessibility, and the strength of community-based practices. Expected results include mapping strategies, limitations, and understandings of inclusion from the perspective of the territories themselves. The study also foresees the return of findings to participating communities through accessible materials and formative meetings. It is concluded that situated listening and commitment to local contexts are essential paths toward truly accessible cultural policies.

Keywords. Cultural inclusion, Accessibility, people with disabilities; community-based musical practices; experience report.

Considerações iniciais

Este trabalho nasce de uma vivência concreta, construída ao longo de duas décadas junto a um grupo de canto coral que inclui pessoas com deficiência, em um município brasileiro. À época, a proposta não era transformar aquela experiência em pesquisa; o que me movia era o desejo de construir um espaço real de pertencimento musical, onde as vozes — mesmo as mais silenciadas — pudessem ser ouvidas, sentidas, reconhecidas.

Com o tempo, porém, percebi que aquela prática já continha, em si, perguntas potentes: como garantir acesso e permanência em aulas formais ou projetos de música, quando os profissionais envolvidos (professores, instrutores, agentes, facilitadores, oficineiros etc.) costumavam comentar que era difícil trabalhar com a inclusão de pessoas com deficiência? Qual será a origem dessa dificuldade? Que tipo de barreiras se apresentam, mesmo quando há intenção de incluir? Por que a deficiência ainda aparece, tantas vezes, como obstáculo — e não como parte legítima da diversidade cultural?

Essas inquietações me acompanharam silenciosamente até que, em determinado momento, compreendi que era necessário transformá-las em publicações em redes sociais, discussões saudáveis com colegas, estudos acadêmicos, até virarem perguntas de pesquisa. Como costumo dizer, foi a prática que empurrou a escrita — e não o contrário. A proposta que emergiu desse processo foi então submetida a um edital da Política Nacional Aldir Blanc



– PNAB (Brasil, 2024), sendo contemplada com financiamento público. Isso permitiu não só a formalização do projeto, como também a ampliação do olhar para outros territórios.

A pesquisa, atualmente em curso, busca compreender como agentes culturais têm atuado frente à inclusão de pessoas com deficiência em ações musicais comunitárias. Serão aplicadas na forma de entrevistas e questionários em locais que oferecem aulas de música. Com o resultado, pretendo mapear compreensões, barreiras e estratégias relatadas por profissionais que atuam fora do circuito institucionalizado.

Trata-se de uma investigação situada, com escuta ativa e compromisso ético, que parte de uma vivência concreta para propor deslocamentos teóricos e políticos. Este relato de experiência, portanto, apresenta o percurso entre a experiência inicial e a estruturação da pesquisa em andamento, destacando a problematização, a metodologia e os compromissos ético-culturais que a sustentam.

Da experiência à pesquisa cultural

A decisão de transformar aquela vivência em uma proposta formal de pesquisa não surgiu de forma imediata. Durante muito tempo, eu resisti à ideia de transformar em objeto aquilo que era, para mim, prática viva e afeto partilhado. Mas as lacunas que se tornavam visíveis — e, mais do que isso, sentidas — me mostravam que havia algo ali que precisava ser sistematizado, compartilhado, estudado com mais profundidade.

O incômodo era real: o quê o grupo de pessoas no qual eu me incluía, fazia ou tinha de diferente, que conseguia levar os coralistas com deficiência intelectual em eventos culturais, sociais e educacionais, consolidando sua presença em espaços públicos e comunitários? Nós sabíamos que essas apresentações não apenas visibilizavam o trabalho artístico dos coralistas, mas também afirmam sua representatividade na inclusão cultural em múltiplos territórios.

Foi nesse contexto que comecei a organizar a escuta acumulada ao longo dos anos: relatos informais, situações recorrentes, tentativas de inclusão que não se sustentavam por falta de apoio, formação ou estrutura. Aos poucos, essas anotações foram ganhando contorno, até que se tornaram uma proposta de pesquisa cultural, dialogando diretamente com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e do Decreto nº



5.296/2004, que estabelecem a obrigatoriedade da acessibilidade em todos os setores da vida pública. No entanto, a efetivação dessas leis depende de mudanças culturais e atitudinais, sendo imprescindível o papel dos agentes culturais na mediação entre políticas públicas e práticas cotidianas.

A submissão ao edital da Política Nacional Aldir Blanc PNAB (Brasil, 2024) foi o passo seguinte. O financiamento público viabilizou o início do trabalho de campo e permitiu a ampliação da pesquisa para além do grupo coral original. Hoje, o projeto segue em andamento, com etapas de coleta de dados e articulação com espaços culturais diversos, mantendo como eixo central o compromisso com a inclusão, a escuta e a transformação real das práticas culturais.

Objetivo e caminhos metodológicos da pesquisa em andamento

O objetivo central da pesquisa é compreender como agentes culturais têm atuado frente à inclusão de pessoas com deficiência em atividades musicais comunitárias. Trata-se de investigar, de forma situada, quais compreensões, práticas e barreiras se expressam nesses contextos, especialmente entre aqueles que não integram o circuito institucional especializado.

O campo empírico abrange diversos territórios de uma cidade brasileira, incluindo centros comunitários, projetos independentes, do serviço social, nos pontos de cultura, nas igrejas e nas escolas de música do município. A escolha desses espaços partiu da intenção de mapear iniciativas culturais enraizadas nos territórios, onde a inclusão, muitas vezes, acontece de forma improvisada, sem o respaldo de políticas estruturadas ou formações específicas. A coleta de dados ocorrerá por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto a agentes culturais que atuam diretamente nessas ações. Mais do que levantar dados quantitativos, o foco é a escuta das experiências e percepções desses profissionais — suas estratégias, limitações, afetos e tensões cotidianas. Todos os dados serão tratados com o devido sigilo, e nenhum participante é identificado nominalmente. Os registros e análises respeitam o anonimato dos respondentes, conforme os princípios éticos que regem pesquisas com seres humanos. Essa opção busca não apenas



proteger identidades, mas também favorecer uma escuta livre, segura e comprometida com a integridade de cada depoimento.

O recorte da pesquisa privilegia justamente os contextos em que a inclusão ocorre de maneira espontânea, não necessariamente orientada por diretrizes técnicas. São esses territórios “fora do radar” das políticas oficiais que interessam neste estudo, por revelarem formas de criação, resistência e exclusão simbólica ainda pouco investigadas.

Os resultados serão consolidados em um relatório final em PDF acessível (compatível com leitores de tela, em linguagem clara e objetiva), acompanhado de vídeo-resumo com interpretação em Libras e audiodescrição. O material será disponibilizado gratuitamente em plataformas digitais e uma tiragem impressa será distribuída em espaços culturais, bibliotecas e instituições da cidade.

Fundamentação teórica

A presente pesquisa se insere no campo das investigações culturais que abordam os modos como a sociedade interpreta e organiza suas práticas diante da diversidade humana. Ao discutir a inclusão de pessoas com deficiência em atividades musicais comunitárias, parte-se do entendimento de que tanto a cultura quanto as representações sociais são construções histórico-sociais que influenciam diretamente as práticas de exclusão e de pertencimento.

Como afirma Geraldo (2023), “a forma de ver e interpretar a realidade é historicamente e culturalmente construída”, e essas interpretações se enraízam em “saberes, crenças, valores e tabus do cotidiano” que podem, consciente ou inconscientemente, reforçar práticas capacitistas. O capacitismo, nesse sentido, se articula como um sistema simbólico e estrutural que marginaliza pessoas com deficiência por meio de representações depreciativas ou da naturalização de sua ausência em espaços de produção cultural. Tais barreiras são alimentadas por uma lógica de normalidade que tende a excluir aqueles que não se encaixam em seus padrões. Para a autora, os modos de organização da vida em sociedade sustentam o capacitismo — e, no âmbito cultural, essa sustentação ocorre de forma especialmente disfarçada e resistente.



No contexto da acessibilidade cultural, destacam-se três tipos principais de barreiras identificadas por Geraldo (2023): físicas, comunicacionais e formativas. As barreiras físicas dizem respeito à inadequação dos espaços e da estrutura urbana; as comunicacionais, à ausência de recursos como intérpretes de Libras ou materiais acessíveis; e as formativas, à falta de qualificação dos profissionais e agentes culturais, o que compromete a efetividade de ações inclusivas.

A pesquisa de Geraldo (2023) dialoga diretamente com os princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e do Decreto nº 5.296/2004, que estabelecem a obrigatoriedade da acessibilidade em todos os setores da vida pública. No entanto, sua efetivação depende de mudanças culturais e atitudinais — papel que recai especialmente sobre os agentes culturais. Em Campo Grande/MS, embora existam estruturas como Cadastro Municipal da Pessoa com Deficiência, CRAS e CAPS, a autora destaca que tais dispositivos ainda não garantem a participação cultural plena, especialmente pela ausência de políticas integradas, formação continuada e escuta qualificada das pessoas com deficiência enquanto protagonistas.

A esse panorama soma-se a pesquisa de Oliveira Filho (2021), que analisou publicações da ABEM sobre o ensino de música para pessoas com síndrome de Down entre 2003 e 2019. Seu levantamento revelou a escassez de trabalhos em Educação Musical Especial e a precariedade na formação de docentes para esse campo, apontando que a falta de convivência e de orientação nos cursos de licenciatura contribui para práticas improvisadas, muitas vezes isoladas e sem apoio metodológico. Apesar de seu foco específico, o autor observa que os desafios apontados são amplamente compartilhados por pessoas com diferentes deficiências.

O estudo também enfatiza a presença da educação musical inclusiva em espaços não formais, como ONGs, projetos comunitários e instituições como APAEs e fundações locais — o que reforça o foco desta pesquisa em agentes que atuam fora do circuito institucional. As barreiras encontradas vão da dificuldade na linguagem verbal e coordenação motora ao uso de instrumentos, mas a música é vista como potência de expressão, socialização e desenvolvimento. Para Oliveira Filho (2021, p. 45), “todas as pessoas podem aprender música e precisam de apoio para isso”, reafirmando o princípio da acessibilidade como base da inclusão.



Outra contribuição importante vem de Alcântara (2022), cuja dissertação investigou a (in)acessibilidade artístico-cultural vivenciada por pessoas surdas em Campo Grande/MS. A autora demonstra que, mesmo diante da LBI, a ausência de intérpretes de Libras e a escassez de formação específica comprometem a experiência estética e simbólica dos surdos em espaços como teatros, museus e eventos culturais. Segundo ela, “há uma lacuna formativa quando se trata da tradução e interpretação artística [...] o que compromete a experiência estética dos surdos” (Alcântara, 2022, p. 77).

Sua pesquisa também evidencia o protagonismo de associações, que criam estratégias de acessibilidade sem apoio do poder público, atuando na contramão da lógica da invisibilização. Ao afirmar que “os surdos buscam criar seus próprios movimentos culturais por meio de associações e sem o incentivo do poder público” (Alcântara, 2022, p. 80), a autora aponta tanto a negligência estatal quanto a potência das redes comunitárias. Ela também destaca a pluralidade de identidades da comunidade surda (negros, indígenas, cadeirantes, LGBTQIA+), reforçando a urgência de uma abordagem interseccional no campo cultural.

Por fim, experiências como uma Mostra Literária (Solano, 2024), realizada em Campo Grande/MS, reafirmam a importância de práticas acessíveis com protagonismo real. O evento reuniu produções artísticas e literárias de pessoas com deficiência, promovendo múltiplas linguagens (oralidade, braile, Libras, performance) e gerando visibilidade, pertencimento e reconhecimento. A iniciativa mostra que ações comprometidas com a escuta ativa e com a valorização da diversidade podem tensionar o circuito cultural hegemônico, abrindo caminhos concretos para políticas mais equitativas.

Todos esses estudos ressoam diretamente com os objetivos desta pesquisa, que busca compreender como agentes culturais atuam diante da inclusão em ações musicais comunitárias, enfrentando — ou transformando — as barreiras simbólicas, materiais e formativas que ainda atravessam a vida cultural de pessoas com deficiência em Campo Grande/MS.



Resultados esperados e compromissos de devolutiva

Mais do que gerar dados, esta pesquisa deseja provocar escutas, abrir frestas e devolver sentido às próprias perguntas que a originaram. Desde o início, uma das decisões fundamentais foi não restringir o retorno da pesquisa ao campo acadêmico. Afinal, se o que se investiga são práticas culturais vivas, o que se devolve também precisa pulsar com as mesmas intensidades.

Os achados serão organizados em um relatório acessível, com linguagem clara, leitura compatível com leitores de tela, e versões complementares em vídeo com interpretação em Libras e audiodescrição. Mas, mais do que o formato, importa o destino: esse material será disponibilizado gratuitamente, compartilhado com os espaços que acolheram a pesquisa e entregue, em versão impressa, a bibliotecas públicas, centros culturais e instituições da cidade. O objetivo não é apenas informar — é semear possibilidades, tensionar práticas e fomentar deslocamentos concretos.

Também estão previstas rodas de conversa com os agentes culturais participantes, de forma presencial ou online, a depender da realidade de cada território. Essas devolutivas não serão apêndices da pesquisa, mas parte do seu corpo ético: gesto de reciprocidade e reconhecimento, num movimento que valoriza o saber localizado e devolve o que foi escutado com o mesmo cuidado com que foi recebido.

Porque, no fim, se esta pesquisa nasce da prática, é à prática que ela precisa retornar.

Considerações finais

Investigar a inclusão de pessoas com deficiência a partir da experiência concreta é uma forma de reposicionar o olhar: não como alguém que observa de fora, mas como quem habita o processo. Essa escolha exige deslocamentos — metodológicos, políticos e afetivos. Mas é justamente nesses deslocamentos que se tornam visíveis as frestas, os limites e, também, as potências.

Ao articular prática, pesquisa e política cultural, este relato reafirma a cultura como direito e chama atenção para a urgência de práticas que acolham a diversidade sem reduzi-la a



categorias fixas. É na escuta dos territórios, no reconhecimento da diferença e na construção coletiva de acessos que a pesquisa encontra seu sentido.

Quando recebi a notícia de que o projeto havia sido contemplado, soube que era hora de sair do lugar da escuta isolada e construir um caminho mais sistemático de investigação — sempre em diálogo com as práticas e as pessoas que sustentam a cultura e a educação musical em suas formas mais vivas e locais.

Referências

ALCÂNTARA, Katicilayne Roberta. *A (in)acessibilidade artístico-cultural para surdos na cidade de Campo Grande/MS*. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2021.

ALVES, Vicente de Paulo Barroso. *“CorAMARal”: o engajamento musical transformativo e suas ressonâncias para uma aprendizagem autônoma e transformação social*. 2021. 96 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, 2021.

BRASIL. *Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. *Instrução Normativa MinC nº 7, de 20 de dezembro de 2023*. Dispõe sobre as diretrizes gerais para a execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, no exercício de 2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 187, 20 dez. 2023.

GERALDO, Juliana Pedroso Bauab. *Políticas públicas, o acesso ao cuidado e aos serviços de saúde e de assistência social de Campo Grande/MS: percepção da pessoa com deficiência, cuidadores e gestores*. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro Oeste) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2023.

NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO, 2001. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127162_por. Acesso em: 28 jul. 2025.

OLIVEIRA FILHO, Argemiro de. *Ensino e aprendizagem da música e pessoas com síndrome de Down: pesquisa bibliográfica em publicações da ABEM (2003–2019)*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.



SOLANO, Idaicy. *Evento celebrou artistas e escritores PcDs com oficinas e palestras.*
Campo Grande News, 27 out. 2024. Lado B. Disponível em:
<<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/evento-celebrou-artistas-e-escritores-pcds-com-oficinas-e-palestras>>. Acesso em: 24 jul. 2025.

